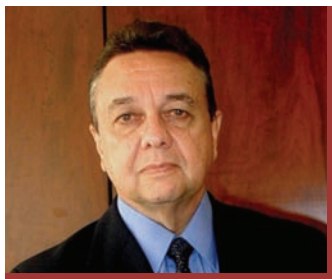


## Diário de bordo

## A FAO, o G8 e a Unica



Roberto Rodrigues\*

NA DISCUSSÃO infindável sobre o falso dilema dos efeitos dos biocombustíveis na redução da produção de alimentos, ouve-se de tudo. Cada ator usa diferentes aproximações, atendendo a interesses de nações ou de grupos privados para se posicionar. Enquanto isso, agricultores do mundo todo se movimentam para aproveitar os bons preços das principais *commodities*, aumentando as áreas de plantio. E não falta quem afirme que os preços agrícolas nunca mais serão baratos, esquecendo-se das melhores tecnologias que aumentam a produção e a oferta.

Na recente cúpula sobre alimentação da FAO, realizada em junho passado em Roma, o tema foi Mudanças Climáticas, Energia e Alimentos. Depois de intensos debates e estudos prévios, a recomendação da FAO foi direta, reiterando que alimento não pode ser usado como instrumento de pressão política e econômica, e que a comunidade internacional deve tomar medidas urgentes para combater a alta dos alimentos, sem perder de vista a questão dramática do aquecimento global e o uso de biocombustíveis.

Mas, isso tudo depende da ação de cada governo, e a FAO só pode recomendar.

De outro lado, na reunião do G8, em julho, no Japão, teve até a fala de Robert Zoellik (o mesmo que chefiava a área de comércio americana nas discussões sobre

Doha em Cancun, o que quis nos impingir goela abaixo um acordo USA/UE que mataria qualquer abertura comercial agrícola), hoje no FMI, que fez uma previsão confusa sobre o aumento da fome no mundo como consequência da produção de biocombustíveis. Com isso, atçou atores, como a própria UE, que vem discutindo sua diretriz de mistura de álcool à gasolina.

Confusões, interesses e ignorâncias a parte, o que nos compete é esclarecer à exaustão a todos os agentes mundiais as vantagens do nosso etanol de cana, que não concorre com alimentos, mesmo considerando que nos Estados Unidos a produção de etanol de milho é uma questão estratégica. E a Unica, associada à Apex, entrou com competência nessa seara, fazendo campanhas publicitárias na Europa e nos Estados Unidos, abordando a sustentabilidade do nosso modelo de produção e a tarifa imposta pelos americanos ao nosso etanol.

Na Europa, a campanha começou em junho, no do jornal semanal *European Voice*, que pertence ao mesmo grupo da revista *The Economist*, e que circula nos meios políticos de Bruxelas. Foram feitos dois anúncios de página inteira, um destacando a redução das emissões de gases de efeito estufa com o uso do etanol, e outro mostrando que, com 1% das terras aráveis do Brasil plantadas com cana, foi possível reduzir em 50% o uso da gasolina. A campanha será mantida até dezembro.

Nos Estados Unidos a campanha se concentrou no feriado da Independência, 4 de julho, em três jornais, 55 emissoras de rádio da Flórida, da Califórnia e de Washington, e ficará na *internet*.

Isso é maturidade: defender com vigor e audácia aquilo em que se acredita e em que se aposta como benefício mundial. Sem discursos vazios. ■

\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal

## Produzir

## A Amazônia e o agronegócio



Cesário Ramalho da Silva\*

FUI CONVIDADO pelo ministro extraordinário de Assuntos Estratégicos, Roberto Mangabeira Unger, para debater a Amazônia e o agronegócio, quando entregamos-lhe um documento com propostas da SRB.

É preciso criar políticas de desenvolvimento sustentável distintas para a Amazônia Legal, uma convenção de território político que contempla até centros urbanos, e para o bioma amazônico, que envolve a floresta.

Somos cobrados pelo mundo inteiro por respeito ao meio ambiente. Isso pode criar um problema para toda a agricultura brasileira, pois vivemos uma guerra comercial.

Pontuamos que é preciso aumentar a presença do Estado na Amazônia, onde vivem cerca de 25 milhões de pessoas, bem como promover a regularização fundiária e estimular o manejo sustentável, com atividades compatíveis com a região.

A falta de segurança jurídica para a floresta amazônica favorece o desmatamento e a grilagem. O governo federal tem de assumir uma política de Estado para a região, mostrando que tem responsabilidade pela Amazônia, funcionando como agente fiscalizador, indutor e gestor de políticas de desenvolvimento sustentável.

É preciso identificar de quem são as terras da região. O georreferenciamento

não vem atendendo esse objetivo. Para as terras públicas é necessário criar modelos de desenvolvimento sustentável em parceria com a iniciativa privada, por meio, por exemplo, de estações ecológicas e parques, aptos à pesquisa e ao turismo; e reservas florestais e extrativistas, onde seria permitido o uso econômico sustentado. Para as terras privadas a exigência passa por verificar a quem pertencem, se os títulos de propriedade são legítimos e, em caso contrário, passá-las para as mãos do Estado.

Na questão indígena, a necessidade é criar um instrumento jurídico isento que defina que áreas têm base antropológica para serem reservas e quais não, com o objetivo de evitar a homologação de demarcações de terras indígenas sobre áreas de legítimo domínio privado.

Pelo Código Florestal, as reservas indígenas são áreas de preservação permanente. Isso precisa ser revisto, senão do que o índio vai viver? Eternamente dependente do restante da população? O índio tem de ser visto como um cidadão, sujeito a direitos e obrigações da Constituição, e ser respeitado quanto aos seus desejos de acesso à modernidade.

Resaltamos ao ministro que é preciso dar fim à dicotomia que divide a agricultura em duas. Ela é uma só, familiar ou empresarial. A diferenciação ideológica sobrepõe ações, gera burocracia, aumenta gastos, distorce políticas, dilui objetivos, prejudicando a integração entre os agentes do setor e, conseqüentemente, o relacionamento da agricultura com os demais segmentos da sociedade.

O ministro demonstrou pensamento muito próximo ao nosso. Mostrou preocupação com o aumento dos custos, especialmente dos fertilizantes, e disse que quer políticas para adicionar valor à produção, para gerar renda e fixar o produtor na terra. O encontro foi muito produtivo. O ministro é um grande interlocutor, com experiência internacional. Temos um parceiro para pensar a agricultura daqui para a frente. ■

## Opinião

# Inflação de custos e demanda



João Sampaio\*

**P**ARA QUEM sentiu no bolso nos anos 80 a inflação, a reação ao aumento da previsão inflacionária anual de 5% para 6,5% parece exagero. Mas o fato é que o consumidor final não pretende rever ou conhecer o dragão da inflação. Sob o aspecto da produção de alimentos é preciso uma análise sobre as causas e as consequências da inflação e, ainda, sobre as alternativas para contornarmos o atual quadro.

O produtor brasileiro vive a inflação dos custos, reflexo em parte da inflação da demanda mundial. Segundo o Índice Geral de Preços-Mercado (IGP-M), medido pela Fundação Getúlio Vargas, houve aumento de 124,6% nos preços dos fertilizantes superfosfatos duplos e triplos no primeiro semestre deste ano. Como o problema é mundial, a cotação da uréia importada, por exemplo, nos Estados Unidos, por tonelada a granel (FOB), passou de US\$ 310 em maio de 2007 para US\$ 655 em maio de 2008, aumento em torno de 114%.

O dispêndio de divisas brasileiras com importações de fertilizantes, incluindo suas matérias-primas, em 2007, foi de US\$ 5 bilhões (FOB), crescimento de 86,6% em relação ao ano anterior, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). Lá na ponta, o agricultor sente a inflação desses custos. O produtor de cana, com queda de preços do seu produto, sofre ainda mais. Ele necessitava de 18 toneladas do produto para adqui-

rir 1 tonelada de fertilizantes em maio de 2007, hoje precisa de 41,9 toneladas.

A dependência externa por fertilizantes levará os patamares dos custos de produção nos próximos anos, sem perspectivas de melhora até agora, de chegarmos a uma nova revolução tecnológica baseada em variedades menos dependentes no médio prazo.

Para diminuição dos custos, teremos de reduzir o uso de insumos? Não, porque precisamos de oferta crescente para atendimento da demanda aquecida por alimentos e, assim, conter a inflação. Mas, como superar o dilema de produzir mais sem inflar a procura por insumos? O governo federal lançou o Plano Safra 2008/2009 com o objetivo de conter a alta dos alimentos. O montante de recursos da ordem de R\$ 78 bilhões é 11,4% acima do liberado na safra passada mas não cobre o aumento dos custos de produção.

Embora acerte na tática de oferecer mais crédito para incentivo da produção, o plano erra na estratégia. Haverá mais demanda por insumos, e a inflação nos custos será repassada ao consumidor. Na verdade, o aumento do crédito não resolverá o assunto, o resolve é a redução dos custos. Para reduzi-los é preciso mexer na tributação incidente nos insumos e no óleo diesel, diminuir os custos de logística com investimentos rápidos e pesados nas parcerias com a iniciativa privada, incentivar a produção de potássio, nitratos e fosfatos. Outro caminho é ampliar o mercado financeiro com negócios de opções de frete, de financiamento para dar maior liquidez e estabilidade nos preços agrícolas.

A agricultura brasileira construída a partir do uso intensivo de fertilizantes e corretivos de solo, principalmente na produção de grãos no Centro-Oeste, deu saltos de produção incomparáveis com os de outras partes do mundo. Agora, o desafio é a sustentabilidade. Para alcançarmos tal grau, a estratégia é iniciarmos uma nova revolução verde, com a adoção de políticas para reduzir custos e a nossa dependência química. ■

\* Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

\* Produtor rural e secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo